



9. *Freud uma vez recebeu carta de um conhecido pedindo conselhos...*

Sem prejuízo da correção e do sentido, o elemento sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) através de que se pedia
- (B) que lhe pedia
- (C) da qual pedia-lhe
- (D) onde pedia-se
- (E) em que se pedia

10. Está correto o que se afirma em:

- (A) O segmento sublinhado em ... *que não represente os valores em que ela acredita...* (3º parágrafo) pode ser substituído por "no qual".
- (B) Ambos os elementos sublinhados em ... *Freud sabia que as razões que mais pesam...* (2º parágrafo) são pronomes.
- (C) A frase ... *you terá menos chance de errar se escolher por impulso...* (1º parágrafo) pode ser redigida do seguinte modo: "devem haver menos chances de errar na escolha impulsiva".
- (D) O elemento sublinhado em ... *aqueles que eles seguiram na vida...* (2º parágrafo) refere-se a "ideais".
- (E) Na frase *Parece um processo de imitação, mas não é...* (2º parágrafo), o sinal de dois-pontos pode ser substituído por "pois", precedido de vírgula.

11. O verbo que pode ser corretamente flexionado em uma forma do plural, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

- (A) ... *em que se acredita em prazeres instantâneos...* (4º parágrafo)
- (B) *Grande parte das pessoas não trabalharia...* (4º parágrafo)
- (C) ... *o campo de ideais que a pessoa valoriza.* (3º parágrafo)
- (D) ... *que não represente os valores...* (3º parágrafo)
- (E) ... *não se referia às vontades impulsivas...* (2º parágrafo)

12. *Só que o sentido da vida profissional não vem pronto...* (4º parágrafo)

Considerado o contexto e fazendo-se as devidas alterações na pontuação da frase acima, o segmento sublinhado pode ser substituído por:

- (A) Porém
- (B) Embora
- (C) Porquanto
- (D) Já que
- (E) Mesmo que

13. *Falava das decisões tomadas de "cabeça fria"...* (2º parágrafo)

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do grifado acima está em:

- (A) *Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer...* (4º parágrafo)
- (B) *A sugestão parece imprudente...* (2º parágrafo)
- (C) ... *quando uma escolha não faz sentido...* (4º parágrafo)
- (D) ... *as razões que mais pesam nas grandes escolhas...* (2º parágrafo)
- (E) ... *a construção de sentido requer tempo e persistência.* (4º parágrafo)

14. *A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Difícilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita.* (3º parágrafo)

Consideradas as relações de sentido, as duas frases acima podem ser articuladas em um único período, fazendo-se as devidas alterações na pontuação e entre minúscula e maiúscula, com o uso, no início, de:

- (A) Apesar de
- (B) Na medida em que
- (C) Em contrapartida
- (D) Conquanto
- (E) Em detrimento de



15. Uma criança pode revelar grande interesse por uma profissão os pais sonharam, mas nunca exerceram.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima o que está em:

- (A) por que
- (B) de que
- (C) à qual
- (D) na qual
- (E) com que

Raciocínio Lógico-Matemático

16. O valor que corresponde ao resultado correto da expressão numérica $(13^2 - 11^2) \div (12^2 \div 3) \div (10^2 - 9^2 - 4^2)$ é

- (A) $\frac{3}{4}$.
- (B) $\frac{1}{5}$.
- (C) $\frac{1}{3}$.
- (D) $\frac{2}{5}$.
- (E) $\frac{1}{4}$.

17. Um ciclista cumpriu seu trajeto de treinamento com uma velocidade média de 20 km/h e um tempo de 6 horas e 24 minutos. No dia seguinte, ao voltar, o ciclista cumpriu o mesmo trajeto em exatamente 8 horas. Nesse dia sua velocidade média caiu, em relação ao treinamento do dia anterior, um valor igual a

- (A) 7 km/h.
- (B) 4 km/h.
- (C) 6 km/h.
- (D) 1,5 km/h.
- (E) 3 km/h.

18. O preço de um sapato, após um aumento de 15%, é R\$ 109,25. Se o preço do sapato não tivesse sofrido esse aumento de 15%, mas um aumento de 8%, a diferença, em reais, entre os preços do sapato com cada aumento seria de

- (A) R\$ 7,65.
- (B) R\$ 5,80.
- (C) R\$ 14,25.
- (D) R\$ 7,60.
- (E) R\$ 6,65.

19. Na festa de fim de ano de uma empresa estavam presentes **X** pessoas. Para agradar os participantes foram encomendados docinhos especiais. A ideia era dar 7 docinhos para cada pessoa presente, mas verificou-se que faltariam 19 docinhos. Se fossem dados 6 docinhos para cada pessoa, sobrariam 98 docinhos. O número de docinhos que haviam sido encomendados para essa festa era igual a

- (A) 800.
- (B) 750.
- (C) 600.
- (D) 950.
- (E) 100.



20. Do seu salário líquido Raimundo separa $\frac{1}{3}$ para pagar os gastos com moradia. Para alimentação Raimundo separa $\frac{2}{5}$ do restante do dinheiro. Exatamente $\frac{1}{3}$ do que restou, após os gastos com moradia e alimentação, Raimundo deposita em uma conta de investimento que, nesse mês, recebeu como depósito a quantia de R\$ 780,00. Nesse mês, a quantia do salário que Raimundo separou para moradia e alimentação, somadas, foi igual a
- (A) R\$ 3.820,00.
(B) R\$ 3.240,00.
(C) R\$ 3.730,00.
(D) R\$ 3.510,00.
(E) R\$ 3.190,00.
-
21. A frase que corresponde à negação lógica da afirmação: *Se o número de docinhos encomendados não foi o suficiente, então a festa não acabou bem*, é
- (A) Se o número de docinhos encomendados foi o suficiente, então a festa acabou bem.
(B) O número de docinhos encomendados não foi o suficiente e a festa acabou bem.
(C) Se a festa não acabou bem, então o número de docinhos encomendados não foi o suficiente.
(D) Se a festa acabou bem, então o número de docinhos encomendados foi o suficiente.
(E) O número de docinhos encomendados foi o suficiente e a festa não acabou bem.
-
22. O início de uma corrida de percurso longo é realizado com 125 atletas. Após uma hora de prova, o atleta João Carlos ocupa a 39ª posição dentre os 83 atletas que ainda participam da prova. Na segunda e última hora dessa corrida, aconteceram apenas quatro fatos, que são relatados a seguir na mesma ordem em que ocorreram:
- 1º) 18 atletas que estão à frente de João Carlos, desistem da prova;
2º) 7 atletas que até então estavam atrás de João Carlos, o ultrapassam;
3º) 13 atletas que estavam atrás de João Carlos desistem de prova;
4º) perto da chegada João Carlos ultrapassa 3 atletas.
- O número de atletas que chegaram depois de João Carlos nessa prova superou o número daqueles que chegaram antes de João Carlos em
- (A) 4.
(B) 7.
(C) 2.
(D) 3.
(E) 8.
-
23. Uma construtora convoca interessados em vagas de pedreiros e de carpinteiros. No dia de apresentação, das 191 pessoas que se interessaram, 113 disseram serem aptas para a função pedreiro e 144 disseram serem aptas para a função carpinteiro. A construtora contratou apenas as pessoas que se declararam aptas em apenas uma dessas funções. Agindo dessa maneira, o número de carpinteiros que a construtora contratou a mais do que o número de pedreiros foi igual a
- (A) 65.
(B) 47.
(C) 31.
(D) 19.
(E) 12.



Noções de Informática

24. Considere que um usuário, embora tenha procurado seguir regras de proteção e segurança da informação, teve seu computador infectado por um *malware*. Dentre as razões abaixo, a que pode ter contribuído para este fato é o
- (A) programa *antimalware* ter sido atualizado, incluindo o arquivo de assinaturas.
 - (B) computador ter um *firewall* pessoal instalado e ativo.
 - (C) programa leitor de *e-mails* ter a auto-execução de arquivos anexados a mensagens habilitadas.
 - (D) sistema operacional do computador ter como configuração padrão não ocultar a extensão de tipos de arquivos.
 - (E) computador estar configurado para solicitar senha na tela inicial.
-
25. Um usuário está utilizando o navegador Google Chrome em português, em condições ideais, e deseja desativar o mecanismo de salvar senhas da *web* automaticamente. Para acessar este serviço, o usuário deve digitar na barra de endereços do navegador:
- (A) `chrome://system/`
 - (B) `chrome://inspect/#devices`
 - (C) `chrome://configurações/`
 - (D) `chrome://components/`
 - (E) `chrome://settings/`
-
26. No computador de uma empresa, um usuário pode ter acesso à internet, à intranet, ao serviço de *webmail* e a uma ferramenta de gerenciamento de *e-mails* (como o Microsoft Outlook), ambos para o seu *e-mail* corporativo. Neste cenário,
- (A) sempre que o usuário acessar a intranet e a internet ao mesmo tempo, a intranet ficará vulnerável, deixando as informações corporativas em risco.
 - (B) o usuário deve configurar a ferramenta de gerenciamento de *e-mails* para que não esteja habilitada a opção de apagar o *e-mail* do *site* assim que ele for recebido, senão não poderá acessá-lo mais pelo *webmail*.
 - (C) a senha do *e-mail* corporativo deve ser diferente quando este for acessado pelo *webmail* e quando for acessado pelo Microsoft Outlook.
 - (D) devem ser instalados no computador um navegador *web* para acesso à internet e outro navegador *web* para acesso à intranet, para evitar conflitos de *software*.
 - (E) o acesso ao *webmail* somente poderá ser feito através da intranet.
-
27. Ao se fazer uma comparação entre o ambiente Microsoft Office 2010 e o LibreOffice versão 5, é correto afirmar:
- (A) O pacote da Microsoft tem a desvantagem de não ser compatível e não funcionar em nenhum celular e *tablet* que não tenha instalado o sistema operacional Windows.
 - (B) O LibreOffice está disponível para todos os sistemas operacionais e sua interface é muito amigável, sendo totalmente compatível com as ferramentas similares do pacote Microsoft Office.
 - (C) O Microsoft Office pode ser usado a partir de um pen drive e sem exigir instalação, através da versão denominada VLC Portable.
 - (D) Ambos os pacotes trabalham com diversos tipos de arquivos como `.doc`, `.ppt`, `.xls`, `.docx`, `.pptx`, `.xlsx`, `.odt` e PDF.
 - (E) O LibreOffice tem uma ferramenta de desenho, denominada *Impress*, que não tem concorrente na suíte Microsoft, sendo mais vantajoso em relação ao Microsoft Office por ser gratuito e oferecer mais programas.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

28. Ao estabelecer as categorias de deficiência, o Decreto nº 5.296/2004 dispõe que
- (A) paraparesia e monoparesia são formas de deficiência mental.
 - (B) lazer não é considerado área de habilidade adaptativa para fins de caracterização da deficiência mental.
 - (C) a pessoa pode ser considerada portadora de mobilidade reduzida desde que causada por fatores temporários apenas.
 - (D) a pessoa é considerada deficiente mental se possuir limitações associadas a todas as áreas de habilidades adaptativas.
 - (E) o funcionamento intelectual significativamente inferior à média deve se manifestar até os 18 anos para que seja caracterizada a deficiência mental.

29. Um simpósio sobre os direitos das pessoas com deficiência tratou da Lei nº 7.853/1989, a qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, além de estabelecer que os órgãos e entidades da Administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar ações em várias áreas, como a educação.

O palestrante comentou as seguintes ações:

- I. Inclusão da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, a qual é obrigatória no sistema educacional público e facultativa no privado.
- II. Matrícula compulsória de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares.
- III. Oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados educandos portadores de deficiência por prazo igual ou superior a seis meses.

A forma como essas ações foram abordadas contrariou a mencionada legislação APENAS

- (A) no caso I, pois é obrigatória tanto no sistema educacional público como no privado.
 - (B) nos casos I e II, pois é obrigatória tanto no sistema educacional público como no privado e a matrícula não é compulsória, respectivamente.
 - (C) no caso III, pois é obrigatório para educandos internados há um ano ou mais.
 - (D) nos casos I e III, pois é obrigatória tanto no sistema educacional público como no privado e é obrigatório para educandos internados há um ano ou mais, respectivamente.
 - (E) nos casos II e III, pois a matrícula não é compulsória e é obrigatória para educandos internados há um ano ou mais, respectivamente.
30. O Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta normas relativas à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no que se refere ao acesso ao trabalho, estabelece que
- (A) a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo através de regime especial de trabalho protegido não pode ser feita através da contratação das cooperativas sociais.
 - (B) as entidades beneficentes de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a colocação competitiva.
 - (C) a oficina protegida de produção é caracterizada pela relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social.
 - (D) a inserção laboral da pessoa portadora de deficiência por meio do processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais, é denominada colocação seletiva.
 - (E) a inserção laboral da pessoa portadora de deficiência não pode ser feita por meio de promoção do trabalho por conta própria.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Péricles candidatou-se ao cargo de Governador de determinado Estado e ganhou as eleições em primeiro turno. No dia seguinte à sua diplomação, descobriu-se que foi eleito mediante corrupção. De acordo com a Constituição Federal, o mandato eletivo de Péricles
- (A) poderá ser impugnado ante a Justiça Federal, no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas da corrupção.
 - (B) não poderá ser impugnado, tendo em vista que já houve a diplomação, mas poderá sofrer as sanções criminais cabíveis.
 - (C) poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo de 30 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas da corrupção.
 - (D) poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, apenas no prazo de 20 dias após a sua posse, instruída a ação com provas da corrupção, pois antes dela não há mandato a ser impugnado.
 - (E) poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas da corrupção.
-
32. Sérgio é servidor público da Administração direta e candidatar-se-á, nas próximas eleições municipais, para o cargo de Prefeito. Investido no mandato de Prefeito, Sérgio
- (A) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 - (B) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, não poderá perceber sua remuneração.
 - (C) não será afastado do seu cargo, emprego ou função, mas não receberá sua remuneração, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 - (D) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (E) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço não será contado durante o período do afastamento para nenhum efeito.
-
33. Considere os seguintes membros do Supremo Tribunal Federal:
- I. Mauro é Ministro.
 - II. Verônica é Presidente.
 - III. Lúcio é Vice-Presidente.
- O Conselho Nacional de Justiça será composto por
- (A) Mauro, Verônica e Lúcio, sendo seu presidente aquele que for nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (B) Mauro e Verônica, sendo que esta o presidirá, e nas ausências e impedimentos, o Conselho será presidido por Lúcio.
 - (C) Mauro, que o presidirá, e nas suas ausências e impedimentos, o Conselho será presidido por um Ministro do Superior Tribunal de Justiça nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) Verônica, sendo presidente um Ministro do Superior Tribunal de Justiça nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (E) Verônica, que o presidirá, e nas suas ausências e impedimentos, o Conselho será presidido por Lúcio.
-
34. Adalberto tem 55 anos, reputação ilibada e é advogado bastante conceituado na área de Direito do Trabalho há quinze anos. Porém, sempre desejou fazer parte do Tribunal Superior do Trabalho, mas sem a intenção de prestar concurso para a magistratura. Adalberto descobriu, ao consultar a Constituição Federal, que há a possibilidade de realizar seu sonho, pois, além dos membros oriundos da magistratura de carreira, o Tribunal Superior do Trabalho, observado o disposto na Constituição Federal, é composto por
- (A) um terço dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
 - (B) um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
 - (C) um quinto dentre advogados com mais de oito anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de oito anos de efetivo exercício.
 - (D) um terço dentre advogados com mais de oito anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de oito anos de efetivo exercício.
 - (E) um terço dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, não fazendo parte, dessa fração de um terço, os membros do Ministério Público do Trabalho.

**Noções de Direito Administrativo**

35. Nuno, ex-Presidente de um banco público, foi processado por improbidade administrativa pelo Ministério Público pela prática de ato que causa prejuízo ao erário. Em síntese, sustentou a Promotoria que Nuno aceitou garantia inidônea para a concessão de empréstimos à determinada empresa. Em sua defesa, Nuno alegou e provou que sua conduta foi meramente culposa, que inexistiu prejuízo ao erário e que não houve beneficiamento próprio ou de terceiros. Nos termos da Lei nº 8.429/1992,
- (A) apenas o primeiro argumento de Nuno afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.
 - (B) todos os argumentos de Nuno afastam a caracterização do ato ímprobo praticado.
 - (C) apenas o segundo argumento de Nuno afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.
 - (D) nenhum dos argumentos de Nuno afasta a caracterização do ato ímprobo praticado.
 - (E) apenas o segundo e terceiro argumentos de Nuno afastam a caracterização do ato ímprobo praticado.
36. Rodrigo é servidor público federal e chefe de determinada repartição pública. Rodrigo indeferiu as férias pleiteadas por um de seus subordinados, o servidor José, alegando escassez de pessoal na repartição. No entanto, José comprovou, que há excesso de servidores na repartição pública. No caso narrado,
- (A) há vício de motivo no ato administrativo.
 - (B) o ato deve, obrigatoriamente, permanecer no mundo jurídico, vez que sequer exigia fundamentação.
 - (C) inexistente vício no ato administrativo, no entanto, o ato comporta revogação.
 - (D) o ato praticado por Rodrigo encontra-se viciado, no entanto, não admite anulação, haja vista a discricionariedade administrativa na hipótese.
 - (E) o objeto do ato administrativo encontra-se viciado.
37. Considere abaixo o que concerne aos contratos administrativos.
- I. A inadimplência do contratado, com referência a encargos fiscais, poderá, em algumas hipóteses, onerar o objeto do contrato.
 - II. A subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento não exime o contratado de suas responsabilidades, tanto legais, quanto contratuais.
 - III. Na fiscalização da execução contratual, admite-se a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o representante da Administração de informações pertinentes a essa atribuição.
 - IV. O fato do príncipe não se preordena diretamente ao particular contratado, pois tem cunho de generalidade e apenas reflexivamente incide sobre o contrato, ocasionando oneração excessiva ao particular independentemente da vontade deste.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e IV.

38. Flora é servidora pública federal e, por preencher os requisitos legais, foi recentemente, promovida. Sua promoção foi concedida em 10 de outubro de 2016 e, um mês depois, ou seja, em 10 de novembro de 2016, ocorreu a publicação do ato de promoção. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a promoção
- (A) não interrompe o tempo de exercício, que será contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de novembro de 2016.
 - (B) interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de outubro de 2016.
 - (C) não interrompe o tempo de exercício, que será contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de outubro de 2016.
 - (D) interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir de 10 de novembro de 2016.
 - (E) interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir de 01 de novembro de 2016, ou seja, no primeiro dia do mês seguinte à promoção.

Noções de Direito Civil

39. A respeito das pessoas jurídicas, é correto afirmar que
- (A) as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
 - (B) velará pelas fundações o Ministério Público Federal, quando estenderem a atividade por mais de um Estado da Federação.
 - (C) as associações não podem ter finalidade econômica, mesmo com expressa previsão estatutária.
 - (D) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
 - (E) o registro dos atos constitutivos das organizações religiosas depende de autorização do poder público.



40. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:
- I. O erro de cálculo autoriza a parte prejudicada a obter o desfazimento do negócio.
 - II. Se ambas as partes tiverem procedido com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
 - III. Presumem-se fraudulentários dos direitos de outros credores às garantias reais de dívidas que o credor insolvente tiver dado a algum credor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I.
41. Rafael vendeu uma fazenda para Valdir, estabelecendo que o comprador só entrará na posse do imóvel quando tiver construído uma igreja para os colonos. Tal negócio está sujeito
- (A) a termo final.
 - (B) a termo inicial.
 - (C) à condição resolutiva.
 - (D) à condição suspensiva.
 - (E) a encargo.

Noções de Direito Processual Civil

42. Se ocorrer o falecimento do único advogado do réu, o juiz determinará que este constitua novo mandatário no prazo de 15 dias. Decorrido esse prazo sem a constituição de novo mandatário, o juiz
- (A) suspenderá o processo pelo prazo de 1 ano.
 - (B) extinguirá o processo sem resolução de mérito.
 - (C) suspenderá o processo pelo prazo de 3 meses.
 - (D) ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu.
 - (E) nomeará outro advogado para o réu, apesar de não ser beneficiário da Justiça Gratuita.

43. A respeito da execução fiscal, considere:
- I. Quando a garantia real da execução tiver sido prestada por terceiro, este será intimado para, no prazo de 15 dias, remir o bem.
 - II. Em qualquer fase do processo, será deferida pelo Juiz a substituição da penhora por dinheiro ou fiança bancária ou seguro garantia.
 - III. A Fazenda Pública não poderá adjudicar os bens penhorados, mesmo se não houver licitantes pelo preço da avaliação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) III.
44. Na ação de desapropriação,
- (A) a transmissão da propriedade, decorrente de desapropriação amigável ou judicial, ficará sujeita ao imposto de lucro imobiliário.
 - (B) é incabível a imissão provisória na posse dos bens.
 - (C) a instância interrompe-se no caso de falecimento do réu.
 - (D) não serão atendidas, no valor da desapropriação, o valor das benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação.
 - (E) a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço.

Noções de Direito do Trabalho

45. A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho prevê que a prescrição intercorrente é
- (A) inaplicável na Justiça do Trabalho.
 - (B) aplicável na Justiça do Trabalho, apenas nas reclamações trabalhistas submetidas ao procedimento Ordinário.
 - (C) aplicável na Justiça do Trabalho, apenas nas reclamações trabalhistas submetidas ao procedimento Sumaríssimo.
 - (D) aplicável na Justiça do Trabalho, apenas no processo de conhecimento.
 - (E) aplicável na Justiça do Trabalho, independentemente do rito processual, bem como da fase processual.



46. Lucila, em razão da abertura involuntária do colo do útero, de forma prematura, comprovada por atestado médico oficial, sofreu um aborto na segunda semana de gestação. Neste caso, o contrato de trabalho de Lucila será
- (A) interrompido e ela terá direito a dez dias de repouso.
 - (B) suspenso e ela terá direito a duas semanas de repouso.
 - (C) interrompido e ela terá direito a duas semanas de repouso.
 - (D) suspenso e ela terá direito a quinze dias de repouso.
 - (E) suspenso e ela terá direito a uma semana de repouso.
-
47. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as férias serão sempre concedidas de uma só vez
- (A) para todos os empregados, com exceção das férias coletivas.
 - (B) aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade.
 - (C) apenas para os maiores de 60 anos de idade.
 - (D) aos menores de 21 anos e aos maiores de 60 anos de idade.
 - (E) apenas para os maiores de 50 anos de idade.
-
48. O bar e restaurante XXX Ltda., para benefício de seus empregados que trabalham no período noturno e estando amparado somente pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, fraciona o intervalo intrajornada. Assim, fornece trinta minutos de intervalo intrajornada para refeição e descanso e depois fornece mais quinze minutos para ceia de seus respectivos empregados. Neste caso, o intervalo intrajornada
- (A) pode ser inferior a uma hora, mas não é permitido o seu fracionamento, sendo inválida a cláusula de Convenção Coletiva que permitir este fracionamento.
 - (B) não pode ser inferior a uma hora no total, mas poderá ser fracionado em até dois períodos, sendo válida a cláusula de Convenção Coletiva que permitir este fracionamento.
 - (C) não pode ser inferior a uma hora, bem como não poderá ser fracionado, sendo inválida a cláusula de Convenção Coletiva que reduzir o intervalo.
 - (D) não pode ser inferior a uma hora no total, mas poderá ser fracionado em até três períodos, desde que nenhum deles seja inferior a quinze minutos, sendo válida a cláusula de Convenção Coletiva que permitir este fracionamento.
 - (E) não pode ser inferior a uma hora no total, mas poderá ser fracionado em até três períodos, desde que nenhum deles seja inferior a vinte minutos, sendo válida a cláusula de convenção coletiva que permitir este fracionamento.
-
49. Considere:
- I. Habitação não excedendo a 35% do salário contratual.
 - II. Educação, em estabelecimento de ensino próprio.
 - III. Educação, em estabelecimento de ensino de terceiros.
 - IV. Previdência privada.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO serão consideradas como salário as utilidades concedidas pelo empregador indicadas APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-
50. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, o mandato dos membros eleitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA terá a duração de
- (A) um ano, permitida uma reeleição, exceto ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da CIPA.
 - (B) um ano, vedado a reeleição, em qualquer hipótese, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.
 - (C) dois anos, vedada a reeleição, em qualquer hipótese, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.
 - (D) um ano, permitida uma reeleição, exceto ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos de 1/3 do número de reuniões da CIPA.
 - (E) dois anos, permitida uma reeleição, exceto ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos de 1/3 do número de reuniões da CIPA.
-

Noções de Direito Processual do Trabalho

51. De acordo com a Resolução CSJT nº 136/2014, o sistema receberá arquivos com
- (A) tamanho máximo de 2,5 megabyte, com resolução máxima de 600 dpi e formatação A4.
 - (B) qualquer tamanho, uma vez que comporta qualquer arquivo eletrônico em formato pdf.
 - (C) qualquer tamanho desde que com resolução máxima de 300 dpi e formatação A4.
 - (D) tamanho máximo de 1,5 megabyte, com resolução máxima de 300 dpi e formatação A4.
 - (E) qualquer tamanho desde que com resolução máxima de 600 dpi e formatação A4.
-



52. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao Recurso Ordinário, considere:
- I. Nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão.
 - II. Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, não poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, devendo o julgamento ocorrer simultâneo com os demais Recursos.
 - III. Terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente.
 - IV. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I, III e IV.
-
53. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e entendimento Sumulado do TST, no ato de interposição do agravo de instrumento, em regra, e desde que não atingido o valor da condenação,
- (A) não é exigido depósito recursal.
 - (B) o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrarcar.
 - (C) o depósito recursal corresponderá a 30% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrarcar.
 - (D) o depósito recursal corresponderá a 60% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrarcar.
 - (E) somente será devido o depósito recursal se tratar de procedimento ordinário, sendo este correspondente a 25% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrarcar.

54. De acordo com entendimento Sumulado do TST, em face de decisão homologatória de adjudicação ou arrematação
- (A) só caberá ação rescisória se fundamentada em nulidade absoluta relacionada ao vício de consentimento e se alegada no prazo decadencial de cinco anos contados da decisão homologatória.
 - (B) caberá ação rescisória no prazo decadencial de dois anos, a contar do trânsito em julgado da decisão.
 - (C) caberá ação rescisória no prazo prescricional de um ano, a contar do trânsito em julgado da decisão.
 - (D) só caberá ação rescisória se fundamentada em nulidade absoluta relacionada ao vício de consentimento e se alegada no prazo decadencial de três anos contados da decisão homologatória.
 - (E) é incabível ação rescisória.

55. Considere os seguintes créditos:
- I. Crédito trabalhista decorrente de reclamação trabalhista ajuizada por empregado doméstico relativo ao trabalho exercido para a família empregadora.
 - II. Crédito trabalhista decorrente de reclamação trabalhista ajuizada pelo Rito Sumaríssimo em face da empresa AA Ltda.
 - III. Crédito relativo a contribuição previdenciária decorrente de empregado doméstico.

De acordo com a Lei nº 8.009/1990, a impenhorabilidade do bem de família é oponível em processo de execução relativo ao crédito indicado em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

Noções de Administração Pública

56. Nas últimas décadas, a Administração pública vem buscando a excelência nos serviços públicos, fazendo uso de conceitos, metodologias e ferramentas consagradas, com vistas a atingir o grau ótimo de prestação de serviços ao cidadão. Nesse contexto, o modelo criado pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ desenvolveu critérios de excelência
- (A) correspondentes às melhores práticas importadas de organizações modelo, entre as quais o aprendizado organizacional.
 - (B) que representam o grau de maturidade dos colaboradores, entre os quais se inclui o pensamento sistêmico.
 - (C) que permitem medir o grau de excelência da organização, entre os quais se incluem estratégias e planos.
 - (D) utilizados exclusivamente para obtenção de certificação de acordo com a pontuação atribuída a cada um de seus itens.
 - (E) consistentes em insumos para aplicação de métodos de gerenciamento de processos, objetivando a otimização dos recursos materiais e humanos disponíveis na organização.



57. A atuação da Administração é pautada por determinados princípios, alguns positivados em âmbito constitucional ou legal e outros consolidados por construções doutrinárias. Exemplo de tais princípios são a tutela ou controle e a autotutela, que diferem entre si nos seguintes aspectos:
- (A) a autotutela é espontânea e se opera de ofício, enquanto a tutela é exercida sempre mediante provocação do interessado ou de terceiros prejudicados.
 - (B) a autotutela se dá no âmbito administrativo, de ofício pela Administração direta ou mediante representação, e a tutela é exercida pelo Poder Judiciário.
 - (C) ambas são exercidas pela própria Administração, sendo a tutela expressão do poder disciplinar e a autotutela do poder hierárquico.
 - (D) a tutela decorre do poder hierárquico e a autotutela é expressão da supremacia do interesse público fundamentando o poder de polícia.
 - (E) é através da tutela que a Administração direta exerce o controle finalístico sobre entidades da Administração indireta, enquanto pela autotutela exerce controle sobre seus próprios atos.

58. No que diz respeito à gestão por projetos, é importante ter em mente que nem todas as atividades desenvolvidas por uma organização correspondem a um projeto. Para que possam ser assim enquadradas devem ostentar algumas características, entre as quais:

- I. Singularidade, na medida em que todo o produto ou serviço gerado por um projeto se distingue de outros.
- II. Prioridade, eis que o projeto é sempre ligado aos indicadores de planejamento estratégico.
- III. Temporalidade, pois todo projeto possui início e fim definidos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.

Noções de Orçamento Público e Finanças

59. O gestor de uma entidade do Poder Judiciário Federal
- (A) pode propor emendas à Lei Orçamentária Anual, desde que indique que os recursos necessários serão provenientes de operações de crédito.
 - (B) pode encaminhar a Lei Orçamentária Anual referente ao Poder Judiciário destacadamente da Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo para aprovação pelo Poder Legislativo.
 - (C) pode realizar a despesa orçamentária com construção de um prédio, cujo prazo de execução é superior a dois anos, desde que compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) deve inserir um dispositivo com a autorização para a abertura de créditos adicionais especiais e para a contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) deve abrir créditos adicionais extraordinários para reforçar uma dotação já existente para despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

60. Em um Tribunal Regional do Trabalho, as

- (A) despesas com telefone e material de expediente são despesas de capital.
- (B) despesas com a aquisição de um terreno para a construção de um prédio são classificadas como investimentos.
- (C) despesas com passagens e diárias são classificadas como inversões financeiras.
- (D) receitas com a alienação de bens móveis são classificadas como receitas correntes.
- (E) receitas de prestação de serviços são classificadas como receitas de capital.